

SUMÁRIO



Capítulo 1 – INTRODUÇÃO AO DIREITO DE FAMÍLIA	23
1.1. O Direito de Família e o Código Civil	23
1.2. A organização jurídica da família	24
1.3. A diversidade familiar	26
1.3.1. A família matrimonial	28
1.3.2. A família informal	29
1.3.3. A família monoparental	30
1.3.4. A família anaparental	31
1.3.5. A família reconstituída	31
1.3.6. A família paralela	33
1.3.7. A união poliafetiva	39
1.3.8. A família natural	42
1.3.9. A família extensa ou ampliada	42
1.3.10. A família substituta	43
1.3.11. A família eudemonista	43
1.3.12. A família homoafetiva	43
1.3.13. A família multiespécie	46
1.4. Conceito de família	47
1.5. Entidade familiar, proteção do Estado e Direitos Humanos	48
1.6. Noção de Direito de Família	50
1.7. Conteúdo do Direito de Família	51
1.8. A dessacralização da família	53
1.9. A despatrimonialização do Direito de Família	54
CAPÍTULO 2 – DIREITOS FUNDAMENTAIS E PRINCÍPIOS DE DIREITO DE FAMÍLIA	57
2.1. Direitos fundamentais	57
2.2. Princípio da dignidade humana no Direito de Família	59
2.3. princípio da igualdade	60

2.4.	Princípio da autonomia privada	65
2.5.	Princípio da liberdade	66
2.6.	Princípio da solidariedade familiar	67
2.7.	Princípio da monogamia	68
2.8.	Princípio da diversidade familiar	70
2.9.	Princípio da afetividade	70
2.10.	Princípio da igualdade da filiação	72
2.11.	Princípio da proteção da prole	72
2.12.	Princípio da proteção DA PESSOA IDOSA	73
2.13.	Princípio da proteção do jovem	73
2.14.	Princípio da proteção da pessoa com deficiência	74

CAPÍTULO 3 – DO DIREITO PESSOAL – DO CASAMENTO E SUA EFICÁCIA 75

3.1.	Definição	75
3.2.	Da gratuidade do casamento civil	76
3.3.	Casamento religioso com efeito civil	77
3.4.	Capacidade para o casamento	77
3.4.1.	Suprimento judicial de consentimento	79
3.5.	Dos impedimentos matrimoniais	80
3.6.	Das causas suspensivas	84
3.6.1.	A Súmula 377 do STF	87
3.7.	A habilitação para o casamento	88
3.8.	Da celebração do casamento	89
3.8.1.	Consentimento	89
3.8.2.	O casamento em caso de moléstia grave e em iminente risco de vida	90
3.8.3.	Casamento por procuração	91
3.9.	Das provas do casamento	91
3.9.1.	In dubio pro matrimonio	91
3.9.2.	Casamento celebrado fora do Brasil	92
3.10.	Da invalidade do casamento	92
3.10.1.	Casamento inexistente	93
3.10.2.	Casamento nulo	94
3.10.3.	Casamento anulável	95
3.10.3.1.	Das causas de anulação	96
3.10.3.2.	Identidade, honra e boa fama	99

3.10.3.3. Ignorância de crime anterior ao casamento	101
3.10.3.4. Ignorância de defeito físico irremediável ou de moléstia grave	101
3.10.3.5. Coação	102
3.11. Prazos para a anulação do casamento	103
3.12. Do casamento putativo	104
3.12.1. Pressupostos da putatividade	105
3.12.2. Efeitos da putatividade	106
3.12.3. Efeitos em relação a terceiros	107
3.13. A separação de corpos na invalidade do casamento	107
3.13.1. A separação de corpos da Lei 11.340/2006 – Lei Maria da Penha	109
3.13.2. A separação de corpos consensual	112
3.13.3. A separação de fato	112
3.14. Da eficácia do casamento	113
3.15. Isonomia e patronímico	114
3.16. Planejamento familiar	116
3.17. Deveres dos cônjuges	117
3.18. Violação dos deveres conjugais	118
3.19. Dever de fidelidade recíproca	119
3.20. Vida em comum no domicílio conjugal	120
3.21. Dever de mútua assistência	121
3.22. Dever de sustento, guarda e educação dos filhos	122
3.23. Dever de respeito e consideração mútuos	124
3.24. A direção da sociedade conjugal	124
3.25. Contribuição conjunta das despesas do lar	125
3.26. Domicílio conjugal	126
CAPÍTULO 4 – DIVÓRCIO	129
4.1. DIVÓRCIO E SEPARAÇÃO JUDICIAL	129
4.2. divórcio e partilha de bens	132
4.3. Divórcio consensual-judicial	133
4.4. Divórcio litigioso-judicial	135
4.4.1. A contestação no divórcio judicial	136
4.5. O divórcio extrajudicial da Lei 11.441/2007 e do CPC	139
4.6. A revogada exigência da prova da separação de fato por mínimos dois anos	141

4.7.	Efeitos do divórcio	141
4.8.	A partilha de bens	142
4.9.	Da presença dos cônjuges no divórcio extrajudicial	144
4.10.	O patronímico de casado no divórcio	145
4.11.	Pluralidade de divórcios	146
4.12.	O divórcio no Direito Internacional Privado	147
CAPÍTULO 5 – DA PROTEÇÃO DA PESSOA DOS FILHOS		151
5.1.	Da proteção da pessoa dos filhos	151
5.2.	Conceito de guarda	154
5.3.	A guarda na separação de fato e no divórcio judicial	160
5.4.	Guarda compartilhada	161
5.4.1.	A guarda compartilhada deveria pressupor consenso?	166
5.4.2.	Imposição judicial da guarda compartilhada	170
5.4.3.	Tempo de convívio equilibrado	174
5.4.4.	Plano de parentalidade	174
5.4.5.	Alimentos na guarda física compartilhada	176
5.4.6.	A polêmica guarda compartilhada de animais de estimação	177
5.5.	Direito e dever de convivência	179
5.6.	A multa no direito e dever de CONVIVÊNCIA – ASTREINTES	182
5.7.	O direito de visitas dos avós	183
5.8.	A Alienação Parental (AP)	184
5.9.	Síndrome das falsas memórias	190
CAPÍTULO 6 – DAS RELAÇÕES DE PARENTESCO		193
6.1.	As relações familiares e o parentesco	193
6.2.	Desenlaces parentais	196
6.3.	Espécies de família e relações atuais	197
6.4.	Conceito de relações de parentesco	199
6.5.	Parentesco até o quarto grau	201
6.6.	Contagem de graus	202
6.6.1.	Linhas de parentesco	203
6.6.2.	Parentesco por afinidade	205
6.7.	A multiparentalidade	207

CAPÍTULO 7 – DA FILIAÇÃO	215
7.1. A filiação	215
7.2. Filiação socioafetiva	217
7.3. A desconstituição judicial da filiação socioafetiva	221
7.4. O equívoco da desconstituição filial para fins sucessórios	224
7.4.1. O direito ao conhecimento das origens genéticas	227
7.4.2. Decadência da rejeição	230
7.4.3. Vedação do registro de filho morto para fins patrimoniais	233
7.5. Investigação de paternidade movida pelos netos	234
7.6. Determinação da maternidade	237
7.7. A presunção de paternidade	239
7.8. A presunção pater is est	241
7.9. A fecundação assistida	242
7.9.1. A mãe de substituição	245
7.10. A impugnação da paternidade	248
7.11. Prova da filiação	253
7.12. Princípio de prova e intimação pessoal para exame de DNA	253
7.13. A presunção de paternidade pela recusa	256
7.14. O reconhecimento voluntário	258
7.14.1. Outras formas de reconhecimento voluntário da paternidade	260
7.14.2. Reconhecimento de filho maior e de filho menor	261
7.15. Ação anulatória de reconhecimento	261
7.15.1. Perícia em DNA	263
7.16. Efeitos da sentença	265
7.16.1. Dos alimentos na investigatória	266
7.17. A coisa julgada na investigação de paternidade	267
CAPÍTULO 8 – DA ADOÇÃO	273
8.1. A adoção e o Código Civil	273
8.2. Natureza jurídica da adoção	274
8.3. Referências históricas	274
8.4. A Lei Nacional da Adoção	276
8.4.1. Princípio da prevalência em família	277
8.4.2. Do acolhimento familiar e institucional	278
8.4.3. Da família natural	279
8.4.4. A família extensa	280

8.4.5.	Destituição do poder familiar	281
8.4.6.	Colocação em família substituta	283
8.4.6.1.	Cadastro de adoção	286
8.5.	Requisitos para a adoção: idade	287
8.5.1.	Consentimento do cônjuge	289
8.6.	Adoção por avós	291
8.7.	Adoção por irmãos do adotando	294
8.8.	Consentimento dos pais, do representante e do adotando	295
8.9.	Adoção do filho do outro por um dos cônjuges ou companheiros	296
8.10.	Adoção por tutor ou curador	297
8.11.	Adoção intuitu personae	297
8.12.	Adoção por divorciados	299
8.13.	Adoção póstuma	300
8.14.	Adoção por estrangeiro	301
8.15.	Adoção de nascituro	303
8.16.	Adoção à brasileira	306
8.17.	Adoção de embriões	308
8.18.	A adoção por homoafetivos	309
8.19.	Efeitos pessoais da adoção	313
8.19.1.	Nome	314
8.19.2.	A adoção e o poder familiar	315
8.19.3.	Efeitos patrimoniais da adoção	316
8.19.3.1.	Alimentos	316
8.19.3.2.	Direito sucessório	317
8.19.4.	Irrevogabilidade da adoção	317
CAPÍTULO 9 – DO PODER FAMILIAR		319
9.1.	Função	319
9.2.	Natureza jurídica	320
9.3.	Titularidade do poder familiar	321
9.4.	Conteúdo do poder familiar	323
9.4.1.	A representação dos filhos	325
9.4.2.	Poder familiar e trabalho	326
9.4.3.	Do usufruto dos bens dos filhos	327
9.4.4.	Da administração dos bens dos filhos	328

9.5.	Extinção do poder familiar	331
9.6.	A suspensão do poder familiar	334
CAPÍTULO 10 – DO DIREITO PATRIMONIAL		337
10.1.	Do regime de bens e sua natureza jurídica	337
10.2.	Princípios gerais	338
10.3.	Classificação dos regimes de bens	341
10.4.	O pacto antenupcial	344
10.5.	Alteração do regime de bens	349
10.6.	Temor de fraude na mudança do regime de bens	352
10.7.	Do regime obrigatório da separação de bens	356
10.8.	Do regime legal de bens	360
10.8.1.	Bens de caráter próprio	361
10.8.2.	Bens de caráter comum	363
10.9.	Regime da comunhão parcial	364
10.9.1.	Fundos privados de pensão	374
10.9.2.	Bens que ingressam na comunhão parcial	378
10.9.2.1.	A título oneroso	379
10.9.2.2.	Por fato eventual	380
10.9.2.3.	Doação, herança ou legado	381
10.9.2.4.	Benfeitorias e acessões e incremento patrimonial societário	381
10.9.2.4.1.	Valorização das quotas sociais ou ações de uma empresa	383
10.9.2.5.	Frutos civis e naturais	391
10.9.2.6.	Aquisição com causa anterior	392
10.9.2.7.	Partilha de quotas	393
10.9.2.8.	Dívidas dos cônjuges	397
10.10.	Do regime de comunhão universal	399
10.10.1.	Bens excluídos da comunhão universal	399
10.10.1.1.	Bens doados ou herdados com incomunicabilidade	399
10.10.1.2.	Bens gravados de fideicomisso	400
10.10.1.3.	Dívidas anteriores ao casamento	401
10.10.1.4.	Doações antenupciais	402
10.10.1.5.	Os bens dos incisos V a VII do artigo 1.659 do CC	402
10.10.2.	Comunicação dos frutos e administração dos bens	404

10.10.3. Extinção da responsabilidade e do regime de bens e prescrição	406
10.11. Do regime de participação final nos aquestos	409
10.11.1. Aquisição onerosa	413
10.11.2. Irrenunciabilidade do direito à meação	414
10.11.3. Regras de liquidação	414
10.12. Do regime da separação de bens	416
10.13. Manutença da família	418
10.13.1. A presunção de comunidade	419
10.13.2. A outorga do cônjuge	419
10.13.3. A outorga do convivente	420
10.14. Do usufruto e da administração dos bens dos filhos menores	423
10.14.1. Bens excluídos do usufruto	425
10.15. Da usucapião familiar pelo abandono do lar	426
CAPÍTULO 11 – DOS ALIMENTOS	433
11.1. Conceito	433
11.2. Espécies de alimentos	434
11.2.1. Quanto à sua natureza	434
11.2.2. Quanto à causa jurídica	435
11.2.3. Quanto à finalidade	438
11.2.3.1. Alimentos provisórios	438
11.2.3.2. Alimentos em tutela provisória	439
11.2.3.3. Pressupostos para a concessão da tutela antecipada	440
11.2.4. Quanto ao momento em que são reclamados	441
11.2.4.1. Alimentos pretéritos e futuros	441
11.3. Características da obrigação alimentar	442
11.3.1. Direito personalíssimo	442
11.3.2. Transmissibilidade	443
11.3.3. Divisibilidade	448
11.3.3.1. Da solidariedade nos alimentos da pessoa idosa	449
11.3.4. Condicionalidade	450
11.3.5. Reciprocidade	452
11.3.6. Alternatividade	452
11.3.7. Imprescritibilidade	455
11.3.8. Irrepetibilidade	456
11.3.9. Incompensabilidade	459

11.3.10. Irrenunciabilidade	462
11.3.11. Impenhorabilidade	464
11.4. Obrigação alimentar entre ascendentes e descendentes	465
11.5. Dos alimentos gravídicos	467
11.6. Os alimentos dos relativamente incapazes	469
11.7. A representação pelo Ministério Público nos alimentos	470
11.8. Alimentos com a maioria civil	471
11.9. Dos alimentos entre parentes	474
11.10. Alimentos na guarda compartilhada	475
11.11. Dos alimentos dos avós	476
11.12. Dos alimentos dos cônjuges e conviventes	478
11.13. Dos alimentos na homoafetividade	481
11.14. Rubrica alimentar	482
11.14.1. Alimentação	482
11.14.2. Habitação	483
11.14.3. Educação	484
11.14.4. Saúde	484
11.14.5. Vestuário	485
11.14.6. Lazer	486
11.15. Base de incidência dos alimentos	486
11.16. Pensão intuitu familiae e intuitu personae	489
11.17. Dos alimentos transitórios	490
11.17.1. A duração dos alimentos transitórios	491
11.18. Alimentos compensatórios E compensação econômica	493
11.19. Da exoneração dos alimentos	497
11.20. Perda do crédito alimentar por novo relacionamento	498
11.20.1. Comportamento indigno	500
11.21. A oferta de alimentos	503
11.22. A Majoração e redução dos alimentos e sua atualização automática	504
11.23. A execução de alimentos	508
11.23.1. Do cumprimento da sentença	508
11.23.2. Aplicação de multa e de medidas executivas atípicas	510
11.23.3. A defesa no cumprimento da sentença	511
11.23.4. Sentença para ser cumprida	512
11.23.5. Do cumprimento da sentença nos alimentos	512
11.23.6. O imposto de renda sobre a pensão alimentícia	513

CAPÍTULO 12 – DO BEM DE FAMÍLIA	517
12.1. Bem de família	517
12.2. Conceito de bem de família	519
12.3. O advento da Lei 8.009/1990	520
12.4. O bem de família do Código Civil	522
12.4.1. Objeto do bem de família voluntário	524
12.4.2. Valor do bem de família voluntário	525
12.4.3. Procedimento de constituição e efeitos	526
12.4.4. Das isenções	527
12.5. Extinção do bem de família	528
CAPÍTULO 13 – DA UNIÃO ESTÁVEL	531
13.1. Breve resenha histórica da união estável	531
13.2. A Constituição Federal de 1988	534
13.3. A Lei 8.971/1994	536
13.4. A Lei 9.278/1996	537
13.5. O projeto de Lei 2.686/1996	538
13.6. Origem e definição	539
13.7. A expansão das uniões livres	540
13.7.1. Motivos econômicos	541
13.7.2. Motivos sociais	542
13.7.3. Motivos legais	542
13.7.4. Motivos ideológicos	543
13.7.5. Motivos raciais e religiosos	543
13.7.6. Outras causas de disseminação da união estável	544
13.8. Pressupostos de configuração da união estável	544
13.8.1. Diversidade de sexos	544
13.8.1.1. União homoafetiva	545
13.8.2. Coabitação	552
13.8.3. Prazo para constituição	554
13.8.4. Convivência pública	556
13.8.5. Continuidade	557
13.8.6. Com objetivo de constituir família	558
13.8.7. Inexistência de impedimento matrimonial	561
13.9. Conceito de união estável	562
13.10. Direitos e deveres dos conviventes	563

13.10.1. Lealdade	564
13.10.2. Respeito	565
13.10.3. Assistência	566
13.10.4. Dever imaterial	568
13.10.5. Guarda, sustento e educação dos filhos	568
13.10.6. A coabitação como dever natural	569
13.10.7. O nome na união estável	570
13.11. Contrato de convivência	570
13.11.1. A retroatividade restritiva do contrato de convivência	572
13.11.2. Regime de bens	575
13.11.3. Conversão em casamento	576
13.11.4. Contrato de namoro	579
13.12. Concubinato e relações paralelas	581
13.12.1. Do concubinato de boa-fé	589
13.13. Dissolução da união estável	591
CAPÍTULO 14 – TUTELA	593
14.1. Conceito	593
14.2. A tutela no Estatuto da Criança e do Adolescente	596
14.3. Modalidades de tutela	597
14.4. Tutela testamentária	598
14.5. Tutela legítima	600
14.6. Tutela dativa	602
14.7. Exclusividade da tutela	603
14.8. Incapazes de exercer a tutela	604
14.8.1. Idoneidade	604
14.9. Designação do convivente como tutor	608
14.10. Escusa dos tutores	608
14.10.1. Mulheres casadas	609
14.10.2. Maiores de sessenta anos	610
14.10.3. Aqueles que tiverem sob sua autoridade mais de três filhos	611
14.10.4. Enfermidade	612
14.10.5. Habitação distante	612
14.10.6. Os que já exercerem tutela ou curatela	613
14.10.7. Militares em serviço	613
14.10.8. Aos que não forem parentes do menor	613

14.11. Prazo de escusa e decisão judicial	614
14.12. Do exercício da tutela	615
14.12.1. Do exercício da tutela quanto à pessoa do tutelado	616
14.12.2. Do exercício da tutela quanto ao patrimônio do tutelado	617
14.12.3. A administração dos bens e a tutela conjunta	619
14.13. Atribuições do tutor	621
14.13.1. Atos de competência do tutor sujeitos à prévia autorização judicial	622
14.14. Vedações ao tutor	624
14.15. O protutor	624
14.16. Responsabilidade do juiz	626
14.17. Remuneração do tutor	627
14.18. Responsabilidade do tutor	628
14.19. Bens do tutelado	629
14.20. Prestação de contas	630
14.21. Cessação da tutela	632
14.22. Das funções do tutor	633
CAPÍTULO 15 – DA CURATELA	635
15.1. Da curatela	635
15.2. Conceito	637
15.3. Pessoas sujeitas à curatela	639
15.4. Curatela do nascituro	642
15.5. Velhice	646
15.6. Enfermidade ou deficiência mental	649
15.6.1. Intervalos lúcidos	649
15.7. Aqueles que, por causa transitória ou permanente, não puderem exprimir sua vontade	650
15.8. Deficientes mentais	651
15.9. Ébrios habituais	652
15.10. Os viciados em tóxicos	653
15.11. Os pródigos	654
15.12. Autocuratela	656
15.13. Ação de interdição	657
15.14. Das disposições comuns à tutela e à curatela	662
15.15. Pessoas habilitadas ao exercício da curatela	663

15.16. Curatela conjunta	667
15.17. Efeitos jurídicos da sentença de interdição	669
15.18. Levantamento da interdição	671
15.19. Cessação da curatela	672
15.20. Da tomada de decisão apoiada	673
BIBLIOGRAFIA	677
ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO	699